

Apresentação da Edição Temática: Turismo e Organização Sócio-Espacial

Thiago Duarte Pimentel*

O terceiro número de 2016 é uma edição temática dedicada à *Organização Socioespacial promovida por meio do, pelo e para o Turismo*, que a partir de um conjunto de textos de perspectivas diferentes, desde aquelas mais críticas às mais funcionalistas, passando por diferentes enfoques, desde os impactos sociais produzidos pelo uso e apropriação do espaço pelo turismo à forma como a percepção e a imagem de determinados espaços turísticos pode ser produzida e gerida, este número reúne um vasto material de diferentes partes do mundo.

Abrindo a presente edição temos o ensaio teórico *Espacios de Protección del Capital: panoptismo y videovigilancia en el destino turístico de Cabo San Lucas, Baja California Sur (México)*, de autoria dos pesquisadores Jesús Bojórquez Luque, doutorando em história pela Universidad Autónoma de Sinaloa/UAS (México), Manuel Ángeles Villa, doutor em Relações Transpacificas pela Universidad de Colima/UC (México), e por Alba E. Gámez Vázquez, doutora em relações internacionais pela Universidade de Essex (Reino Unido). Neste ensaio teórico, a partir de uma perspectiva crítica baseada na teoria da microfísica do poder de Michel de Foucault, os autores se dedicam a análise dos mecanismos de vigilância, pública e privada, a partir do conceito de *panóptico*, o qual é trasladado para a visualização dos destinos turísticos. Assim como no *panóptico* carcerário de Bentham onde todos os detentos são vigiados de forma difusa, sem identificar a fonte que os vigia, os autores defendem a tese de que, nos destinos turísticos, a introdução de mecanismos de vigilância, tais como câmeras e sistemas integrados de monitoramento, produzem uma rede impessoal e difusa que, se por um lado cria a sensação de proteção aos vigiados, por outro, tem uma finalidade precípua de resguardar e proteger a integridade do capital, fazendo com que os espaços de consumo criados para serem apropriados pela indústria turística estejam sempre disponíveis e propícios a serem continuamente operados de forma ininterrupta, assegurando assim a manutenção e reprodução das condições de incremento do capital. Nesse sentido, torna-se imperioso e necessário arguir se e como tais mecanismos se traduzem numa expansão das liberdades individuais humanas ou se, de forma concomitante e inerente a sua utilização, eles seletivamente impõem um determinado padrão de uso e apropriação do espaço.

Indo na esteira desta reflexão, a saber, na polaridade instalada entre as formas de uso e apropriação do espaço consideradas legítimas e adequadas pelos grupos sociais dominantes, inclusive determinando que

espaços devem ser ocupados e quem tem o direito de ocupá-los, *versus* os usos e apropriação consideradas ilegítimas ou inadequadas, segundo o padrão dominante, feitos pelos grupos sociais marginalizados e despossuídos é que se insere também o segundo artigo desta edição, outro ensaio teórico, intitulado *Controle do Espaço Urbano e o Território como Produto Turístico: reflexão teórica sobre a segregação imposta da população em situação de rua no contexto de megaeventos (Rio 2016)*, de autoria de Sara Conceição de Paula, mestra em Ciências Econômicas e Sociais pela Universidad Autónoma de Sinaloa/UAS (México), diploma em revalidação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil). Tomando com base no pano de fundo do contexto dos Jogos Olímpicos sediados pela cidade do Rio de Janeiro em 2016, neste documento a autora se preocupa em analisar como a população marginalizada, em situação de vivência nas ruas, – considerada mesmo indesejada – sofre a intervenção de Estado por meio de mecanismos de gestão pretensamente democráticos e integradores mas que, de fato, são formas de manter o controle e a ordem sobre essa população e o espaço que ela pode ou deve ocupar (assim como, principalmente, quais espaços ela não pode e não deve ocupar). Em sua análise a autora recorre ao conceito chave de Gueto, de Loic Wacquant, para trazer à tona uma reflexão sobre como o aparelho estatal se assenta, de forma difusa, sobre mecanismos e sistemas – como o sistema penal – que visam a repressão e punição para a manutenção de uma ordem social hegemônica, tendo sua eficácia mais acentuada, sobretudo, sobre aqueles que, de forma inversamente proporcional, são os mais frágeis, despossuídos de capitais e recursos passíveis de serem mobilizados e que, portanto, seriam os que supostamente mais necessitam do Estado. Assim, é curiosamente nessa lógica perersa que se instala um sistema de proteção, que, na verdade, serve para proteger aqueles que já estão protegidos, evitando por meio da neutralização, segregação e exclusão o contato com os indesejados.

O terceiro artigo, *Turismo Religioso: o Caso do Jubileu de Conceição do Mato Dentro e do Impacto da Mineração na Região (Minas Gerais/Brasil)*, de Graziela Armelao Jácome, doutoranda em Patrimônio Artístico, Sociedade e Paisagem da Universidade de Extremadura (Cáceres/Espanha), analisa como o turismo tem ocorrido em Conceição do Mato Dentro, de forma pontual e seletiva, motivado pelo turismo religioso vinculado ao Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matosinhos, enquanto que nas demais épocas do ano predomina um



Licenciada por Creative Commons
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações! 4.0 / Internacional

* Doutor em Ciências Sociais / UFJF. Mestre em Administração de Empresas / UFMG. Bacharel em Turismo / UFMG. Professor e pesquisador UFJF em tempo integral, pós-graduação em Ciências Sociais e Turismo e Ciências Humanas. Membro da Associação Internacional de Especialistas Científicos em Turismo / AIEST. Professor visitante EUA, México, Cuba, Equador. Editor Chefe das revistas Anais Brasileiros de Turismo / ABET e Revista Latino-Americana de Turismologia / RLAT. Diretor do Centro Latino Americano de Turismologia / CELAT e do Observatório Econômico e Social do Turismo / OEST. CV: <http://lattes.cnpq.br/9841188234449467>. Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Turismo. R. José Lourenço Kelmer, Campus Universitário, CEP: 36036-330, Juiz de Fora/MG, Brasil. thiago.pimentel@ufff.edu.br

esvaziamento da cidade, cuja atividade econômica principal está ligada à mineração. Segundo a autora, os resultados mostram que, se por um lado a cidade recebe nos dez dias de festa em torno de 40 mil romeiros, por outro lado descobre-se hoje o problema do baixo fluxo de turistas ao longo do restante do ano; e que em parte tal esvaziamento se dá em função da degradação de atrativos turísticos culturais e ecológicos em face da mineração. Assim, aponta-se aqui para uma necessária revisão da forma como a atividade turística impacta o território, pois essa excessiva concentração momentânea também traz impactos negativos, sociocultural, ambiental e economicamente.

Em *Aprendizagem na Gestão Pública Municipal para o Desenvolvimento Turístico*, assinado por Brendow de Oliveira Fraga, mestrando em administração pela Universidade Federal de Viçosa/UFV, Alice Rodrigues Borges Lazaroni, mestra em administração pela Universidade Federal de Viçosa/UFV, Magnus Luiz Emmendoerfer, pós-doutor pela Universidade do Minho em Portugal, e Gilberto Maurício Frade da Mata, mestre em administração pública pela Universidade Federal de Viçosa/UFV, os autores debruçam-se o processo de aprendizagem da gestão pública municipal para a habilitação em uma política que confere recursos financeiros aos municípios com uma certa organização para o Turismo, a política do ICMS turístico. Os resultados apontam dados sobre a aprendizagem social e organizacional, os atores, objetos e efeitos no processo de aprendizagem e a percepção da gestão pública a respeito do desenvolvimento turístico. De modo geral, a gestão pública do turismo experimentou um estado de aprendizagem do gestor público com novas condutas e posturas na condução das atividades turísticas, por meio da iniciativa de sistematização e consolidação das práticas no setor. A gestão encontra-se sensibilizada para a tomada de decisão em conjunto com os atores afins ao turismo, porém com desafios para a concretização da integração de diferentes setores e aumento do reconhecimento do turismo em um município com uma imagem turística ainda não consolidada

O quinto artigo deste número, *Administração Pública do Turismo: experiências sulamericanas de turismo social em perspectiva comparada (Argentina, Brasil e Chile)*, de Aristides Faria Lopes dos Santos, Doutorando e Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi; evidencia como os programas nacionais oficiais de administração pública de Turismo Social (TS) estão institucionalizados nos espaços nacionais de Argentina, Brasil e Chile. Enquanto na Argentina o governo federal financia parcialmente as viagens para grupos familiares de baixa renda; no Brasil, o governo federal e o empresariado do setor de comércio subsidiam um sistema de serviços para empregados formais do setor; já no caso Chileno o turista custeia sua viagem integralmente, mas o governo nacional mantém um sistema de apoio ao turista e qualificação dos

prestadores de serviços atuantes em destinos turísticos alheios aos roteiros convencionais.

Caminhando no sentido de uma orientação mais pragmática e funcionalista do uso e apropriação do espaço, o sexto artigo, intitulado *Imagem de Marca de Destinos Turísticos: análise da imagem perceptual de duas cidades património mundial da humanidade da Unesco*, traz um estudo de caso comparado sobre as imagens percebidas pelos turistas das cidades de Santiago de Compostela (Espanha) e do Porto (Portugal). Nele, os autores Luís Filipe Silva, doutorando em Dirección y Planificación del Turismo pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) e Marisa del Rio, doutora em Economia pela mesma universidade, analisam, com base em um estudo quantitativo feito com dois grupos de turistas, as imagens de cada cidade, evidenciando a partir de 19 dimensões inerentes à imagem perceptual as implicações de gestão dos destinos turísticos em causa.

O sétimo artigo, *Territorial Dynamics of the Bay of Villefranche-Sur-Mer (French Riviera) : from commercial and military vocation to tourism and sporting activities* é assinado por Christian Coglievina, mestre em Economia e Gestão e professor associado da Universidade de Nice (França), Bernard Massiera, PhD em Sciences of Sport e professor da mesma universidade, Valérie Morales, PhD em Sciences e professora assistente de Sociologia do Esporte na Universidade de Côte d'Azur, e Imed Ben Mahmoud, PhD em Sociologia e professor associado da Universidade de Nice. Neste estudo de caso os autores mostram como, através do tempo, os usos atribuídos ao espaço litorâneo da Riviera Francesa dotaram esta região de capital cultural para convertê-la atualmente num centro de turismo esportivo internacional.

Fechando esta edição temos o documento de Omar Lizáraga, *El Turismo Residencial de Retiro en Mazatlán, México: una propuesta de marca-ciudad*, que se dedica a elaboração de uma proposta sintética de especialização do turismo, a partir da criação de uma marca no âmbito do destino turístico e sua circunscrição espacial, uma marca cidade. Sua tese se baseia no argumento de que a estratégia competitiva dos destinos turísticos normalmente é a especialização. Analisando o caso empírico de Mazatlán (México) e a demanda pelo segmento de turistas estadunidenses aposentada, muitos dos quais possuem segunda residência neste destino, ou o frequentam de forma fiel ao longo dos anos, o autor desenvolve uma proposta programática de marca-cidade a ser explorada pelo destino em questão, o que supostamente lhe renderia mais frutos do ponto de vista da gestão profissional e estratégica do turismo e seu posicionamento como destino no mercado global. É com esse conjunto de artigos que temos a honra de lhes brindar e desejar a todos uma proveitosa e interessante leitura!

Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel
Editor Chefe/Editor-in-chief